ADUNESP *in*FORMA

ADunesp
Seção Sindical do Andes - Sindicato Nacional

Jornal da Associação dos Docentes da Unesp - Seção Sindical do Andes - Nº 46 - Abril/2006

Data-base

Fórum entrega a pauta unificada e dá início à campanha salarial 2006

Luta é para recuperar salário real de maio 2001 e repor perdas históricas

Nas páginas 3, 4 e 5, confira as informações da campanha e os itens da pauta unificada

A pauta foi protocolada no dia 12/4 - Pág. 3

Projetos de Alckmin para a Previdência exigem resposta do funcionalismo

Páginas 8 e 9

As deliberações do 25º Congresso do Andes

Página 10

Ainda nesta edição

Assembléias devem discutir pauta unificada da categoria
Página 5

Hospitais universitários: entre neste debate
Página 5

Encampação ou conto do vigário?
Páginas 6 e 7

Rumo ao Conat
Página 12

LUTA POR MAIS VERBAS

Votação final da LO na Assembléia Legislativa destinou 9,57% às universidades em 2006

Cerca de dois meses após o previsto, a Assembléia Legislativa (Alesp) aprovou a Lei Orçamentária (LO) de 2006 no dia 22 de fevereiro. Em seu relatório final, o deputado Edmir Chedid (PFL), da Comissão de Finanças e Orçamento, não incluiu o índice de 10% para as universidades estaduais paulistas, como havia ocorrido durante a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e que culminou com o veto do governador Alckmin.

1º/9/2005: Uma das manifestações contra o veto do governador ao aumento de verbas

Em seu artigo 10º, a LO/2006 determina que devem ser repassados mensalmente às universidades, no mínimo, 9,57% da arrecadação da cota-parte do ICMS, no mês de referência. Detalhe: nestes valores, devem estar incluídos também os 9,57% da Lei Kandir, ou seja, o governo deverá levar em conta o total efetivamente arrecadado (*veja detalhes no box*).

A LO 2006 também prevê recursos suplementares para a expansão de vagas. Para a Unesp, foram repassados R$ 16,7 milhões, em grande medida fruto dos pedidos apresentados pela comunidade nas audiências regionais promovidas pela Alesp no ano passado. Deste total, no entanto, apenas R$ 10 milhões vêm automaticamente. Os R$ 6,7 milhões restantes só serão liberados se houver excesso de arrecadação.

De acordo com estudos do Cruesp (*veja detalhes na matéria sobre a encampação da Famema e Famerp, nas páginas 6 e 7*), somente para consolidar a expansão já realizada na Unesp seria necessário um repasse de R$ 57 milhões.

Impasse

No ano passado, durante a votação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2006, pela primeira vez em 10 anos a Alesp aprovou um aumento nos índices para a educação pública: foram 10% do ICMS para as universidades, fixação de 1% para o Centro Paula Souza (Fatecs e escolas técnicas) e aumento de 30 para 31% da receita de impostos para o conjunto da educação pública.

O inimigo público número 1 da educação, o então governador Alckmin, agora candidato a presidente da República , vetou o que foi aprovado na Alesp, levando a comunidade universitária a uma forte greve no segundo semestre de 2005. Apesar disso, o veto foi mantido e criou-se um impasse: não havia mais percentual fixo para as universidades.

A votação da LO 2006, com isso, resolve o impasse. A luta, no entanto, prossegue neste ano. Quando começarem as discussões em torno à LDO 2007, a comunidade universitária vai brigar, novamente, para aumentar as verbas destinadas à educação pública e para garanti-las, definitivamente, na Constituição Estadual.

O que é a Lei Kandir

Com a chamada Lei Kandir, promulgada em 1997, a exportação de produtos primários e semi-elaborados passou a ser isenta de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). A Lei Kandir garante, no entanto, a compensação aos estados pela isenção do ICMS. Nada mais justo, portanto, que USP, Unesp e Unicamp também recebam 9,57% deste valor. Mas não é o que vinha acontecendo até o momento. Com a determinação da LO 2006, o Fórum das Seis espera que o governo paulista cumpra a lei e deixe de prejudicar as universidades estaduais.

"A educação pública não vive de brisa"

Este foi o título do documento conjunto entre Adunesp, Sintunesp e DCE-Unesp/Fatec, distribuído no início das aulas, em 22 de fevereiro. O texto resgata a luta de 2005 por mais verbas para a educação pública paulista e chama os calouros a se integrarem à mobilização neste ano.

Jornal da Associação dos Docentes da Unesp.
Adunesp S. Sindical

Diretoria: Milton Vieira do Prado Júnior (Presidente, FC/Bauru), Sueli Guadelupe de Lima Mendonça (Vice-presidente, FFC/Marília), João da Costa Chaves Júnior (Secretário-geral, FCL/Assis), Maria Aparecida Segatto Muranaka (Vice-secretária, IB/Rio Claro), Emanuel da Rocha Woiski (Tesoureiro-geral, FE/Ilha Solteira) e Carlos Alberto Anaruma (Vice-tesoureiro, IB/Rio Claro).

Praça da Sé, 108, 3º andar, SP.
Fones (11) 3242-7080.

Home page: www.adunesp.org.br

E-mail: adunesp@adunesp.org.br

Jorn. resp.: Bahiji Haje

Subseção de Marília tem nova diretoria

No dia 7 de abril, tomaram posse os novos diretores da subseção da Adunesp de Marília. Os docentes eleitos são:

Presidente: **José Carlos Miguel**
Vice-Presidente: **Paulo Ribeiro Rodrigues da Cunha**
Secretária: **Maria Izaura Cação**
2º Secretário: **Luiz Roberto Vasconcellos Boselli**
Tesoureira: **Maura Duarte Moreira Guarrido**
2ª Tesoureira: **Sônia Maria Tavares de Oliveira**

A Adunesp saúda os companheiros e tem a certeza de que levarão à frente a política combativa que sempre norteou a subseção, na defesa do ensino público e de qualidade, por condições de trabalho e salários dignos para todos.

A CAMPANHA SALARIAL 2006 JÁ COMEÇOU

Fórum protocola a pauta unificada de reivindicações

A pauta unificada de reivindicações da data-base 2006 foi protocolada junto ao Conselho dos Reitores das Universidades Estaduais Paulistas (Cruesp) no dia 12 de abril. A entrega foi feita pelo coordenador do Fórum das Seis, professor Milton Vieira do Prado Júnior (presidente da Adunesp), em audiência com a nova presidente do Cruesp, a reitora da USP Suely Vilela.

Os itens da pauta foram definidos a partir das assembléias realizadas nas três universidades e no Centro Paula Souza.

Fotos: Gentileza Sintusp

10 de abril de 2006: O Fórum das Seis protocola a pauta junto ao Cruesp. No destaque, o professor Milton, da Adunesp, expõe o documento entregue

Nas páginas 4 e 5, acompanhe a íntegra da pauta unificada e veja a proposta de pauta específica feita pela diretoria da Adunesp.

Luta é para recuperar salário real de maio 2001 e repor perdas históricas

O tópico salarial da pauta unificada destaca três reivindicações centrais (*veja a íntegra na próxima página*). A primeira delas pede um reajuste que recomponha os salários reais de maio de 2001, tendo como base o ICV/Dieese, estimado em 7%.

Para evitar os efeitos corrosivos da inflação no decorrer do ano, a pauta pede reajuste trimestral, correspondente ao mínimo entre as variações acumuladas do ICMS e o ICV/Dieese.

Nas assembléias nas unidades, bem como nas reuniões do Fórum, houve consenso de que a categoria não pode abrir mão de suas perdas históricas, frutos de períodos em que sequer a inflação foi reposta. Assim, a pauta traz a reivindicação de que o Cruesp abra negociações que culminem na recuperação do poder aquisitivo dos salários de jan/89, que eram 62% maiores do que os atuais.

24 de maio de 2005: Manifestação em frente à Reitoria da Unesp, durante a data-base. Luta pela reposição de perdas prossegue neste ano

Fórum e Cruesp trocam coordenação

Por conta de um rodízio entre as entidades, a coordenação do Fórum das Seis deixa de estar a cargo da Adunesp e passa para a Adusp. O professor Milton Vieira do Prado Júnior, da Unesp de Bauru e presidente da Adunesp, atuou como coordenador nos últimos dois anos e meio.

Neste período, as três universidades e o Centro Paula Souza passaram por memoráveis momentos de luta e expressivas conquistas. No segundo semestre de 2003, por exemplo, Unesp, USP e Unicamp aderiram à greve do funcionalismo público contra a reforma da Previdência, que estava em processo de votação no Congresso Nacional.

Na campanha salarial de 2004, a categoria fez uma greve que durou quase três meses - a maior desde 1989 -, obrigando os reitores e o governo a saírem do zero e concederem reajuste de cerca de 6%. Não por acaso, o movimento daquele ano ganhou força a partir da Unesp, que passava por um momento de luta pela democracia interna, ainda sob os abalos da gestão Trindade.

Em 2005, o fato marcante ficou por conta da luta por mais verbas na Assembléia Legislativa de São Paulo. Pela primeira vez, em 12 anos, aquela casa aprovou um aumento de recursos para as universidades (de 9,57% para 10% do ICMS), dotação de 1% do ICMS para as ETE's e FATEC's do Centro Paula Souza e aumento de 30% para 31% da receita bruta do estado para o conjunto da educação pública. Sob a direção do Fórum, foram realizadas manifestações e passeatas com milhares de pessoas. Posteriormente, a luta contra o veto do governador Alckmin manteve acesa a chama da reação na comunidade acadêmica que, mesmo não conseguindo reverter o quadro, pôde levar à sociedade a necessidade de mais recursos para o ensino público no estado mais rico da federação.

O novo coordenador do Fórum passa a ser o professor Francisco Miraglia; o vice-coordenador é o professor João Zanetic.

Cruesp

O rodízio também leva o Cruesp a trocar seu presidente. O reitor da Unesp, professor Marcos Macari, passa a função para a reitora da USP, professora Suely Vilela.

CAMPANHA SALARIAL 2006

Confira a Pauta Unificada de Reivindições

REAJUSTE E REPOSIÇÃO DE PERDAS SALARIAIS

1) Reajuste que recupere o salário real de maio de 2001 pelo ICV-Dieese (estimado em 7%);
2) Reajuste trimestral dos salários correspondente ao mínimo entre as variações acumuladas do ICMS e do ICV-Dieese;
3) Negociações com o Cruesp para recuperar perdas históricas, tendo como base o salário de jan/89 (o salário de 89 é cerca de 62% maior que o de abril/06);
4) Recomposição das perdas salariais de 57,30% dos trabalhadores do Centro Paula Souza, referente ao período de jan/1995 a dez/2005 - e enquadramento imediato - dos servidores administrativos, no mínimo, em duas referências.

A pauta foi definida a partir das propostas apresentadas na maioria das assembléias

DEFESA DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO E POLÍTICA DE PERMANÊNCIA ESTUDANTIL

1) Política Permanente de Contratação de professores em RDIDP e de funcionários, por concurso público, para reposição e ampliação do quadro das Universidades;
2) Defesa do ensino de graduação de qualidade, com diminuição do número de estudantes em sala de aula, tendo por meta o parâmetro de 30 estudantes em aulas expositivas;
3) Garantir o acesso à informação dos que estudam e trabalham na universidade, por meio da ampliação de bibliotecas e de seu acervo, da utilização de xerox e via eletrônica, viabilizando condições mínimas para o desenvolvimento adequado do trabalho acadêmico. O controle da utilização do xerox e da reprodução por via eletrônica deve ser feito pela Universidade e não por órgãos de segurança externos a ela;
4) Fim das terceirizações e das contratações precárias de docentes e funcionários. Equiparação salarial: pagar salário igual para funções iguais e extensão da política de benefícios sociais para todos os que trabalham no interior das universidades e no CEETEPS;
5) Dotação orçamentária específica para garantir política de permanência estudantil e apresentação de um plano estratégico para sua ampliação nas três Universidades e no Centro Paula Souza, de forma a atender toda a demanda: moradia, restaurante, bolsas de estudo e transporte, dentre outras;
6) Isonomia no auxílio alimentação para os funcionários da USP, UNESP e UNICAMP, no valor de 52% do salário mínimo;
7) Fim da cobrança de todas as taxas nas universidades e no CEETEPS.

DEFESA DOS DIREITOS DOS PROFESSORES, FUNCIONÁRIOS E ESTUDANTES

1) Compromisso dos Reitores em continuar a negociação de todos os itens de pauta que sejam remetidos à esfera específica de cada universidade;
2) Suspensão imediata das punições e de processos disciplinares e legais de origem política contra estudantes, funcionários, professores e organizações sindicais e estudantis;
3) Manutenção da isonomia salarial e paridade entre aposentados e o pessoal da ativa.

DEFESA DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS PAULISTAS E DO CEETEPS

1) Defesa da Universidade Pública, Gratuita, Democrática, Laica e de Qualidade sustentada na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão;
2) Atuação contra as iniciativas do Governo Federal (PROUNI, Lei de Inovação Tecnológica, Decretos sobre Fundações – nº 5.205 e sobre Educação a Distância – n-º 5.622, Sinaes, anteprojeto de Lei do Ensino Superior), por ele intitulada "Reforma Universitária", que ferem a autonomia universitária, aprofundam o sucateamento das IES públicas, destinam recursos públicos para as instituições privadas de ensino e introduzem uma perspectiva utilitarista, mercantil e privatista para as instituições de ensino superior e institutos de pesquisa públicos;
3) Atuação em defesa de mais recursos para a educação pública brasileira, especialmente para que o governo Lula suspenda o veto do governo Fernando Henrique à meta do Plano Nacional de Educação de investimento de 7% do PIB brasileiro em educação;
4) Manutenção e aprofundamento do vínculo do CEETEPS à UNESP, de acordo com a Resolução UNESP 63/95, que explicita como o vínculo deve ser exercido pelas instâncias deliberativas da UNESP (CO, CEPE e CAD), além de prever a ampliação do Conselho Deliberativo da Instituição, assegurando a participação de professores, funcionários e estudantes;
5) Lutar na LDO-2007 por ampliação dos recursos do ICMS: 11,6% para as Universidades Estaduais Paulistas, 2,1% para o CEETEPS e destinação de 33% da receita fiscal do Estado para a Educação Pública em geral;
6) Lutar para a aprovação de lei estadual garantindo, no mínimo, 9,57% da receita de impostos do Estado, incluindo repasses federais, para as universidades públicas estaduais;
7) Considerando que o Governo do Estado entesoura toda a contribuição previdenciária de docentes e funcionários, discutir meios, inclusive através da complementação do orçamento das Universidades Estaduais Paulistas pelo Governo do Estado para o pagamento dos aposentados, que viabilizem a aplicação integral da dotação fiscal da USP, UNESP, UNICAMP e CEETEPS, em educação ativa;
8) Luta contra a sonegação e a renúncia fiscal no Estado, bem como contra o decreto estadual 48.034 que isenta de ICMS as compras dos órgãos Estaduais públicos, reduzindo recursos para a educação e outros serviços públicos e para os municípios;
9) Política de expansão de vagas em cursos regulares, com financiamento adicional incorporado ao orçamento das universidades e CEETEPS, garantindo o ensino público de qualidade e política de permanência estudantil;
10) Contra qualquer cobrança de cursos e/ou serviços nas instituições de ensino superior e institutos de pesquisa públicos, pelo fim de qualquer convênio que transfira as responsabilidades acadêmicas das Universidades, ensino, pesquisa e extensão, a fundações privadas; ações estas que constituem formas de privatização interna e conduzem em curto prazo a mercantilização total das Universidades Públicas;
11) Preservar a vinculação dos Hospitais Universitários com a universidade, aprimorando seu caráter público, revertendo toda forma de privatização e apropriação privada de sua capacidade instalada, exigindo financiamento público adequado para o seu funcionamento, mantendo-os como importante instrumento da qualidade de ensino, pesquisa e extensão;
12) Discussão pública da encampação da FAMEMA e FAMERP, somente a partir da incorporação definitiva de recursos financeiros necessários, à quota parte da Unesp, dessas instituições e da expansão já realizada, visando à garantia do padrão unitário de qualidade;
13) Não participação das Universidades Estaduais Paulistas no ENADE;
14) Defender o Plano Estadual de Educação – Proposta da Sociedade Paulista, trazendo este debate para o cotidiano das Universidades Estaduais Paulistas;
15) Compromisso dos Reitores de abrir ampla discussão, com toda a comunidade universitária, sobre democratização da estrutura de poder e processos estatuintes no âmbito local;
16) Discussão da perspectiva de unificação das políticas de saúde do trabalhador nas três universidades e no CEETEPS;
17) Contra os PLCs 30, 31 e 32 de 2005 em tramitação na Assembléia Legislativa de SP;
18) Contra os PLs 153 e 157 em tramitação no Congresso Nacional.

Adunesp encaminha proposta de pauta específica às assembléias

Além da pauta unificada, cada categoria define um conjunto de reivindicações específicas, a serem negociadas no âmbito de cada universidade. Tomando por base a pauta dos anos anteriores, a diretoria da Adunesp elaborou um roteiro para discussão nas assembléias a serem realizadas nas unidades da Unesp. Os docentes poderão fazer sugestões, supressões ou modificações nos itens. Depois que estiver fechada, a pauta específica será protocolada junto ao reitor da Unesp, professor Marcos Macari. A seguir, veja os itens sugeridos pela diretoria:

PROPOSTA DE PAUTA ESPECÍFICA DE REIVINDICAÇÕES DA ADUNESP S. SINDICAL DE 2006

Visando a melhores condições de trabalho na Unesp para desempenho das atividades de ensino, pesquisa e extensão, reivindicamos, em especial, a seguinte pauta:

1) Criação de Seguro de Vida e de Acidentes Pessoais para os docentes em caso de acidentes de trabalho;

2) Política de capacitação docente da Unesp, que atenda às reais demandas dos departamentos, considerando as suas especificidades e a necessidade de qualificação do seu quadro docente;

- A Reitoria deve garantir aos departamentos as condições necessárias para o afastamento integral dos docentes, através de um programa institucional específico para esse fim;

3) Implantação imediata da Política para os Centros de Convivência Infantil da Unesp, aprovada pelo CADE;

4) **Afastamento sindical para docentes que participam da diretoria do Andes-SN;**

5) **Luta pelo financiamento definitivo, na cota parte do ICMS, para a consolidação do projeto de expansão de vagas;**

6) **Não a incorporação da Famema e Famerp, neste momento, sem a garantia de financiamento público definitivo;**

7) **Não à mudança estatutária para incorporar as Unidades Diferenciadas (UD's), mas, sim, manter os cursos fora de sede e buscar transformar as UD's em Unidades conforme o Estatuto da Unesp;**

8) **Contra a implantação da terceirização de serviços na Unesp;**

9) **Contra a privatização na Unesp via as Fundações e cursos pagos;**

10) **Continuidade da transformação das 189 contratações RTC em RDIDP, conforme solicitação do departamento;**

11) **Pagamento de precatórios;**

12) Rebaixamento de titulação para eleição para reitor;

13) Supressão da portaria das atividades concomitantes - flexibilização das 8h;

14) Reestruturação dos referenciais de avaliação de todas as atividades dos docentes;

15) Política de Graduação para a Unesp, juntamente com uma política de formação de professores da licenciatura.

Serviço público

HOSPITAIS UNIVERSITÁRIOS

Posição histórica do movimento é contra a desvinculação e pela garantia de recursos públicos

No ano passado, veio à tona uma discussão até então feita apenas informalmente. O governo estadual tornou pública sua intenção de desvincular os hospitais universitários (HU's) da USP, Unesp e Unicamp, transferindo-os ao controle direto da Secretaria de Saúde.

Esse, de fato, é um problema antigo. Premidos pela constante insuficiência de recursos, de um lado, e pelo importante papel que cumprem na formação dos futuros profissionais de saúde, bem como para o atendimento especializado da população, os HU's vivem em permanente instabilidade.

Para muitos, a desvinculação pareceria a solução do problema, ao menos para as universidades, que deixariam de ter esse pesado encargo. No entanto, é preciso lembrar que, muito certamente, os percentuais destinados à manutenção destes hospitais deixariam de ser repassados às universidades. Por outro lado, restaria o problema de como atender à necessidade de formação – com qualidade – dos futuros profissionais formados por elas.

O Conselho de Reitores das Universidades Estaduais Paulistas (Cruesp) encaminhou documento ao governador Geraldo Alckmin, externando sua preocupação com o financiamento dos hospitais universitários. Um dos trechos diz o seguinte:

(...) "Considerando a insuficiência dos recursos repassados pelo SUS aos hospitais universitários, a crescente demanda da população pelos serviços oferecidos nessas unidades hospitalares, a impossibilidade das universidades ampliarem a parcela de recursos advindos de sua cota parte sobre o ICMS para os hospitais, faz-se necessária a busca de soluções que contribuam para o equacionamento do déficit orçamentário destas unidades. Nesse sentido, e visando preservar a qualidade do atendimento médico-hospitalar oferecido, principalmente à população mais carente, reiteramos a Vossa Excelência a necessidade de definição de formas alternativas de financiamento para os hospitais da USP, Unesp e Unicamp." (...)

O Cruesp também montou uma comissão, com representantes das três universidades, para discutir os hospitais universitários, mas seus resultados ainda não são conhecidos. Uma das reivindicações do Fórum das Seis, a ser levada à mesa de negociações com os reitores em 2006, é que este debate envolva a comunidade.

O Fórum defende a manutenção do vínculo e que os hospitais universitários sejam mantidos com recursos públicos. É dever do estado bancar o seu funcionamento, garantindo os espaços adequados para a formação de qualidade dos médicos que são graduados na Universidade, a realização de pesquisa de ponta e o atendimento especializado à população.

O Fórum também se preocupa com a situação dos servidores dos HU's. Como ficariam numa eventual mudança de gestão?

O debate está aberto. Escreva seu artigo

O ***Adunesp Informa*** vai abrir espaço em suas próximas edições para a publicação de artigos que abordem o assunto, com as diversas opiniões que existem entre os docentes. Se você desejar participar, envie seu artigo para adunesp@adunesp.org.br. O máximo possível de caracteres (com espaço) é de 5.500.

ENCAMPAÇÃO OU CONTO DO VIGÁRIO?

Decisão do CO vincula incorporação da Famema e da Famerp à garantia definitiva de verbas e à consolidação da expansão

Com a presença de 60 de seus 75 conselheiros, o Conselho Universitário da Unesp tomou uma decisão importante em sua reunião de 23/3/2006, convocada para debater a encampação das Faculdades de Medicina de Marília (Famema) e de Rio Preto (Famerp). Por unanimidade, eles rejeitaram as pressões do governo Alckmin, que tenta impor a encampação de acordo com as necessidades do calendário eleitoral.

A Adunesp e o Sintunesp apresentaram aos conselheiros um boletim intitulado **"Não à incorporação, neste momento, da Famema e Famerp pela Unesp"**, que havia sido distribuído em toda a Universidade. O material alertava para o grave risco de se aprovar a encampação sem a devida garantia de verbas definitivas, tanto para este processo quanto para a consolidação da expansão de vagas já executada. A maioria das congregações e das reuniões realizadas para discutir o assunto havia apontado neste sentido.

A reunião do CO deliberou que caberá ao reitor Marcos Macari, com o assessoramento de uma comissão especial *(veja ao lado)*, negociar com o governo os termos da incorporação. A negociação deve considerar, também, os recursos necessários para a consolidação da expansão já realizada na Unesp, que ainda depende de repasses extras e desvinculados do percentual fixo do ICMS. A expansão na Unesp, que começou em 2002, durante a gestão Trindade, redundou na criação de sete novas unidades e 39 novos cursos, correspondendo a 1.825 novas vagas.

Manobra de última hora

No dia 22 de março, véspera da reunião do CO, a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico encaminhou novas propostas de minuta, uma para cada universidade. Na minuta à Unesp, o governo do estado compromete-se a "inserir, adicionalmente, nas Leis Orçamentárias Anuais (LO's), o valor em reais que corresponde ao orçamento atual da Famema e da Famerp, com os acréscimos necessários à compatibilização com o padrão da Unesp, equivalente a 0,2097% a mais na quota do ICMS atualmente garantida às universidades estaduais em nome de sua autonomia." Para a incorporação da Faenquil, pela USP, a minuta prevê 0,07% a mais na quota do ICMS. Para a Unicamp (visando a criação do campus de Limeira), o percentual é de 0,05%. O total de acréscimo, com isso (somando USP, Unesp e Unicamp), seria de 0,3297%. Com exceção do índice da Unicamp, nada disso está consolidado, ou seja, dependeria da vontade política do governo de plantão, a cada ano, de repassar os valores.

A manobra se aprofunda quando vemos que as propostas de minuta tratam a expansão na Unicamp e as incorporações na USP e na Unesp num índice único. E como fica a expansão já realizada na USP (Zona Leste) e na Unesp (novas unidades e novos cursos)? A verba para esta expansão não aparece em lugar algum.

Nesse ponto, é importante lembrar um estudo feito pelo Cruesp, no ano passado, em que os reitores apontavam a necessidade de aumentar o percentual do ICMS dos atuais 9,57% para 9,92% (acréscimo de 0,35%) somente para consolidar a expansão já realizada. Portanto, se somarmos esse valor aos 0,3297% que o governo propõe agora – para a encampação da Famema, Famerp e Faenquil, bem como para a criação do campus de Limeira pela Unicamp –, seria necessário subir a quota do ICMS para 10,2497%. Em outras palavras, somente daria para negociar as novas incorporações se o governo consolidasse na quota do ICMS um percentual de, no mínimo, 10,2497%.

Também é importante lembrar que o Fórum das Seis vem propondo na Assembléia Legislativa de SP, todos os anos, que o percentual do ICMS necessário à manutenção da qualidade nas universidades estaduais paulistas deve ser de 11,6% do ICMS.

Manifestação em maio do ano passado: professores, funcionários e alunos da Unidade de Rosana denunciam a falta de recursos, que coloca a expansão em xeque

O que está em jogo

Um ponto ainda não esclarecido nas negociações será o destino do hospital universitário ligado à Famema (uma vez que o da Famerp é desvinculado). Embora o percentual proposto pela comissão do CO que estudou a Famema e a Famerp (0,2059% do ICMS) não preveja o hospital, o mesmo não ocorre com a minuta proposta pelo governo, na qual esse ponto é obscuro.

A Adunesp e o Sintunesp, como legítimos representantes dos docentes e servidores técnico-administrativos da Universidade, entendem que a instituição vive um momento histórico importante. A decisão dos conselheiros do CO expressa sensibilidade às preocupações da comunidade acadêmica e deve ser saudada por isso. Agora, é preciso que as negociações sejam conduzidas de maneira firme, de forma a garantir o financiamento e a consolidação definitiva da expansão já realizada e o percentual necessário à encampação da Famema e da Famerp. Sem garantia definitiva de verbas, estaremos caindo em novo conto do vigário.

A comissão

A comissão criada pelo CO para assessorar o reitor nas negociações compõe-se dos docentes Pasqual Barreti, vice-diretor em exercício da Faculdade de Medicina (FM) de Botucatu, Rosa Maria Feiteiro Cavalari, docente do Instituto de Biociências (IB) de Rio Claro, Maysa Furlan, diretora do Instituto de Química (IQ) de Araraquara, pela representante discente Cristiane Batista de Oliveira e pelo servidor técnico-administrativo Reinaldo Dutra, da Administração Geral do *Campus* de Bauru.

Proposta de Assis balizou decisão do CO

Reunida em 14 de março, a congregação da FCL, campus de Assis, aprovou um conjunto de deliberações que acabaram balizando a decisão do CO no dia 23 de março. Abaixo, confira o trecho que apresenta as propostas. Vale ressaltar que o único ponto não aprovado pelo CO diz respeito ao poder que teria a comissão de negociar com o governo do estado. Os conselheiros do CO preferiram conferir a tarefa da negociação ao reitor, com a assessoria da comissão.

"A Congregação da FCL/Unesp-Assis resolve indicar ao Conselho Universitário que, frente à proposta da Secretaria de Estado da Ciência e Tecnologia para a incorporação da Famerp e da Famema, manifeste a seguinte posição:

- Não negociar as incorporações em separado do processo de expansão do ensino público paulista;

- Que reafirme a necessidade de que se discuta qualquer incorporação dentro da perspectiva da expansão do ensino público e gratuito no estado de São Paulo;

- Que se considere, diante dos dados técnicos, a necessidade dos recursos para a expansão como um todo, garantindo que (os recursos) sejam assegurados na Constituição do Estado;

- Que se estabeleça um processo de discussão transparente envolvendo as universidades públicas paulistas, a Assembléia Legislativa de SP e o governo estadual;

- Que a Unesp seja representada neste processo por uma comissão designada pelo CO;

- Que este processo não seja pautado pelo calendário eleitoral."

SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHADOR

Início dos trabalhos do PGSST traz boas perspectivas

O Programa Geral de Saúde e Segurança do Trabalhador (PGSST) da Unesp, criado por meio da Portaria nº 413, de 13/9/2001, já está desenvolvendo uma série de atividades. O Conselho Gestor do Programa conta com representantes da Adunesp (o professor Nelson Silva Filho, de Assis) e do Sintunesp.

"Além de cumprir o que manda a legislação trabalhista, a criação de um programa como esse em nossa Universidade vem atender a uma antiga reivindicação dos trabalhadores", enfatiza o representante da Adunesp. Ele ressalta que os benefícios serão grandes para a comunidade, citando como exemplo o estabelecimento de critérios para a concessão da insalubridade.

O programa passou por diversas tentativas de implantar alguns modelos para sua execução e, agora, de posse de um plano de trabalho e de um cronograma, pretende deslanchar o trabalho.

PPRA começa em Araraquara

Em entrevista ao ***Adunesp Informa***, o médico Ary G. Galasso, coordenador geral do PGSST, mostra-se bastante otimista com o início dos trabalhos. Ele considera que a política prevencionista deve fazer parte do conjunto de políticas da Universidade, pois trata de algo indispensável ao pleno êxito das demais atividades – a segurança e a saúde dos seus trabalhadores, e deve ser considerada como parte integrante do desempenho organizacional e tão importante quanto a produção científica. "Ao adotar uma política para as atividades de saúde e segurança no trabalho, a Universidade passa a dispor de instrumento de inestimável valor que deve ser definidor das linhas de conduta a serem obedecidas, com vistas às metas que se deseja alcançar nesse campo", frisa.

Galasso informa que várias iniciativas já estão em andamento, como é o caso da definição de um corpo de peritos da Universidade (até então, as perícias eram feitas em órgão do estado). Os exames passam a ser feitos dentro da estrutura das Unamos.

Também já foi feita a revisão dos mapas de risco nas unidades, o que servirá de base para a implantação do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA) nas unidades. O PPRA já está sendo implantado em Araraquara (a escolha do campus deve-se a uma ação movida pela Adunesp em 2001, que questionava as condições de trabalho locais) e, no prazo de seis meses, estará consolidado em toda a Universidade.

Após a implantação do PPRA, terão início os exames periódicos em toda a população da Unesp, de acordo com os riscos apontados, também dentro da estrutura da Unamos.

Página na Internet

O PGSST já dispõe de uma página na Internet (www.unesp.br/prad/pgsst/objetivos.php), ainda em construção. Em breve, ela trará todos os detalhes sobre os trabalhos que vêm sendo realizados, projetos e outros.

Perfil da Unesp

Em sua reunião do dia 08/02/2006, o Conselho Gestor do PGSST aprovou o "Plano de Ação" para a implantação do programa, com seus objetivos e cronogramas de trabalho.

O documento traça um perfil da Unesp, lembrando que a instituição está presente em 23 municípios, oferecendo cursos em 33 faculdades e institutos, sete unidades complementares, três colégios técnicos, num total de 61 carreiras. Utilizam esta estrutura 34.346 alunos de graduação, 9.621 em pós-graduação, com 102 programas para mestrado e 88 para doutorado. A Universidade possui, ainda, um Hospital de Clínicas com 450 leitos, três hospitais veterinários, cinco fazendas, 1.900 laboratórios. Ocupa 59.573.866,86 m2 de área total, com 562.449,03 m2 de área construída. São 3.329 professores e 6.982 funcionários técnico-administrativos.

"Trata-se de uma população bastante heterogênea, que apresenta grandes diferenças culturais, habitando lugares com história, clima e até hábitos alimentares diferentes, que trabalha em expressiva diversidade de funções e atividades, exercidas em diferentes instalações, utilizando uma multiplicidade de equipamentos e mobiliário e que está sujeita a riscos bastante desiguais", aponta o estudo.

Entre os diversos objetivos do PGSST estão:

- Estudo da morbidade na comunidade universitária, identificando danos/doenças relacionados ou não com o trabalho;
- Definição de intervenções na área da saúde;
- Proposição de políticas de prevenção no âmbito da Unesp;
- Implantação do Sistema de Perícias Médicas da Unesp;
- Implantação dos programas específicos de saúde e segurança no trabalho (entre eles, a atualização ou elaboração dos mapas de risco de todos os setores);
- Implantação de programa de revitalização das Cipas;
- Adequação das atividades e revitalização das Unamos;
- Estabelecimento de parâmetros para benefício por insalubridade;
- Criação de comissão para implantar e manter um Programa de Proteção do Meio Ambiente.

REFORMA DA PREVIDÊNCIA A LA ALCKMIN

Fórum das Seis pede imediata retirada dos projetos da Assembléia Legislativa

O Fórum das Seis avaliou os projetos enviados pelo ex-governador Geraldo Alckmin à Assembléia Legislativa (Alesp), com o objetivo de reformar a previdência do funcionalismo. Trata-se dos projetos de lei complementar (PLC's) 30, 31 e 32. O texto a seguir expõe a posição do Fórum das Seis a respeito e procura apontar os principais problemas e prejuízos que podem recair sobre os funcionários públicos estaduais, aí incluído o pessoal das universidades estaduais paulistas e do Centro Paula Souza.

"É com grande preocupação que docentes e servidores das universidades estaduais paulistas e do Centro Paula Souza acompanham a tramitação, na Assembléia Legislativa, dos Projetos de Lei Complementar 30, 31 e 32/2005, encaminhados pelo ex-governador Geraldo Alckmin e que tratam da previdência do funcionalismo público paulista. O PLC 30/2005 cria a São Paulo Previdência (SPPREV), entidade que passaria a ser gestora do Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos (RPPS) e do Regime Próprio de Previdência dos Militares do Estado de São Paulo (RPPM). O PLC 31/2005, por sua vez, introduz profundas e danosas mudanças na concessão das pensões para os dependentes, enquanto que o PLC 32/2005 trata da Caixa de Previdência da Polícia Militar.

Ilustração: Reprodução Folha Bancária

Como autarquia de regime especial, a SPPREV teria autonomia administrativa, financeira, patrimonial e gerencial. No entanto, como pôde ser constatado na análise da proposta do governo, o real poder de decisão continuaria no Palácio dos Bandeirantes, assim como as incertezas geradas por posteriores regulamentações levam a crer que caberá aos servidores e muito pouco ao Executivo a tarefa de manter financeiramente o novo órgão.

A história se repete

Não é a primeira vez que este governo tenta reformar a previdência do funcionalismo público estadual. A primeira investida ocorreu em 1996, tendo à frente o então governador Mário Covas. Entre outras medidas, a proposta previa a cobrança de inativos e o aumento do desconto dos ativos. Na época, a mobilização massiva dos servidores, que protagonizaram passeatas e atos com dezenas de milhares de pessoas, impediu que o projeto seguisse adiante.

Agora, na esteira da reforma aprovada pelo governo Lula, em âmbito federal, o governo estadual volta à carga. Em fim de mandato, o governo estadual tenta aprovar um complexo rol de mudanças a toque de caixa.

Os principais problemas

Em sua análise dos PLC's em questão, o Fórum das Seis detectou uma série de problemas. Entre os que mais chamam a atenção, destaque para:

■ Na proposta original, em nenhum momento está colocada a especificidade das universidades, que têm garantida a autonomia pelo artigo 207 da Constituição, o que se refere em especial à capacidade de planejamento acadêmico de médio e longo prazos.

■ O artigo 27 do PLC 30/2005 diz que "Os valores dos benefícios pagos pela SPPREV serão computados para efeito de cumprimento de vinculações legais e constitucionais de gastos em áreas específicas, bem como poderão ser deduzidos do repasse obrigatório de recursos a outras entidades, órgãos ou Poderes dos quais os inativos, ou respectivos beneficiários, forem originários." Ou seja, ao contrário do que pensam algumas pessoas, a criação da SPPREV não traria qualquer alívio às contas das universidades estaduais paulistas, muito provavelmente levando à diminuição do atual repasse, já que poderiam ser descontadas as pensões que, atualmente, são pagas pelo Ipesp. Pela primeira vez na história, uma lei afirma que gastos previdenciários podem ser legalmente considerados como manutenção e desenvolvimento de áreas como educação e saúde.

■ O artigo 32 do PLC 30/2005 diz que a constituição do fundo com finalidade previdenciária seria efetuada com base em contribuições previdenciárias mensais dos servidores públicos, ativos e inativos, dos militares do serviço ativo, dos agregados ou licenciados, da reserva remunerada ou reformados, dos respectivos pensionistas, e também em contribuição previdenciária do estado. O PLC não define, porém, quais são os índices, remetendo essa função à regulamentação complementar.

continua...

■ A redação não deixa claro se o PLC 30/2005 se refere a aposentadorias por repartição, por capitalização ou ambas. Se ambas, não está clara onde e quando será feita a separação dos recursos, cuja arrecadação e distribuição têm formas diferentes.

■ O art. 2º define as finalidades do SPPREV. Entretanto, o PLC não detalha em local algum como essas finalidades serão cumpridas, deixando um enorme vazio que levanta inúmeras dúvidas: É um sistema por capitalização ou repartição? Quais são as conseqüências práticas de um cadastro individualizado? Qual é o significado da expressão "contábil", usada no art. 2º? Ao se referir a "arrecadação e cobrança", não deixa claro de quem arrecadará – do Estado, dos servidores, de ambos, se compulsória ou voluntária. Perigosamente, o art. 41 diz que o Poder Executivo apresentará projeto de lei dispondo sobre a "adequação" do art. 2º. Várias questões surgem daí. Ao adequar o art. 2º, essa nova lei é que realmente regulará o novo sistema previdenciário, não o PLC 30. Se não está claro a que problemas o PLC30 está adequado, é impossível apreciá-lo. Adequar não é uma expressão usada em redações legais; normalmente, usa-se "regular" ou "complementar".

■ A gestão da SPPREV está longe de qualquer resquício de democracia, sendo, na prática, controlada pelo poder executivo. Os artigos 6, 9, 13 e 14 do PLC 30/2005 prevêem, entre outras coisas, que, dos oito membros do Conselho Administrativo, quatro seriam indicados pelo governador. Os seus cinco diretores executivos também seriam "de livre escolha do governador" (o artigo 23 define o salário destes diretores em R$ 9.667,00). O presidente e o suplente do Conselho Fiscal igualmente seriam indicados pelo governador: ou seja, o fiscal é escolhido pelo fiscalizado. Ainda mais, será praticamente impossível obter uma decisão favorável a um recurso, uma vez que o presidente da Junta de Recursos é indicado pela diretoria executiva e outro de seus cinco membros é indicado pelo secretário da Fazenda. Mesmo a forma de escolha dos representantes dos servidores será regulamentada mediante decreto, e não por lei: ou seja, é da alçada exclusiva do executivo. As entidades de classe dos trabalhadores da ativa e inativos são alijadas das decisões. A representatividade dos trabalhadores, além de pequena, é mal distribuída entre as várias categorias, excluindo totalmente a das universidades.

■ O PLC 30/2005 não trata de um ponto fundamental, que é a dívida patronal com o Ipesp. As informações dão conta de que, até 1999, o governo paulista devia ao Ipesp cerca de R$ 63 bilhões. Como ficará esta pendência? Por outro lado, o PLC também não explicita qual será a contribuição patronal na SPPREV, afirmando genericamente que ela existirá.

■ Nada é dito quanto aos compromissos já assumidos pelo governo estadual (aposentadorias e pensões em vigência, compromisso com o pagamento de pensões e previdência referentes aos atuais servidores etc). Como o estado os cumprirá?

■ A lei federal 9.717, de 1998, afirma que os regimes próprios de previdência dos estados só poderão cobrir servidores "titulares de cargos efetivos". Como ficará a situação dos precários, caso seja constituído o regime próprio do estado?

Reprodução: O Estado de S. Paulo

Inimigos na disputa eleitoral, parceiros na política neoliberal

■ Qual será a situação dos precários e concursados após 2003, no que diz respeito aos direitos e às obrigações previdenciárias? Eles contribuem na mesma proporção que os demais docentes, mas estão sob a nova legislação.

■ O PLC 31/2005, que trata das pensões, é tão preocupante quanto o PLC 30/2005. Praticamente todas as propostas de mudanças prejudicam os trabalhadores, como é o caso do fim da integralidade dos benefícios e do fim da pensão aos beneficiários com mais de 18 anos, entre outros.

Nem remendos, nem falsas concessões

O Fórum das Seis entende que os arremedos de negociação protagonizados pelos representantes do governo Alckmin na Assembléia Legislativa visam apenas alterar pontos secundários no projeto ou, no máximo, estabelecer pequenas concessões para parcelas do funcionalismo, em detrimento dos interesses do conjunto dos servidores.

O artifício de atribuir à legislação federal a tramitação destes PLC´s em regime de urgência não se sustenta. O prazo, originalmente atribuído, se esgotou em 1999 e nem ao menos o arcabouço legal no âmbito federal havia sido completado nesta data.

O Fórum das Seis considera os PLC's 30, 31 e 32/2005 nocivos e, por isso, propõe ao funcionalismo estadual que lute por sua imediata retirada da Assembléia Legislativa. Em vez da tramitação a toque de caixa, como estamos vendo agora, propomos um amplo e democrático debate com as entidades representativas dos trabalhadores do serviço público de São Paulo, visando a construção de um modelo de previdência que realmente atenda aos interesses dos trabalhadores."

Manifestação conjunta do funcionalismo, em SP, em maio de 2003, contra a reforma da Previdência do governo Lula. Agora, será preciso repetir a mobilização contra os projetos do governo paulista

25º CONGRESSO

Luta unitária com os servidores públicos será eixo central do Andes neste ano

Realizado de 5 a 10 de março, em Cuiabá (MT), o 25º Congresso do Sindicato Nacional dos Docentes de Instituições de Ensino Superior (Andes) definiu os eixos e as estratégias de luta para o próximo período. A unidade com outros funcionários públicos foi apontada como eixo central em 2006. Nas instituições federais, a intenção é desenvolver atividades conjuntas e levar uma pauta específica ao Ministério da Educação.

Reprodução: Site Andes

O plenário final do Congresso

Em relação às instituições estaduais, os debates apontaram a luta por mais recursos como ponto essencial (*veja box*). Nas particulares, foram aprovadas diretrizes para a composição de uma pauta unificada nos dissídios coletivos, bem como uma política de fortalecimento da organização dos docentes contra a repressão e as demissões no setor.

O tema geral do congresso foi "Financiamento público: garantia de direitos sociais e de democracia". A atual presidente do Andes, Marina Barbosa, considera que os debates consolidaram a "necessidade de fazer oposição às reformas universitária, sindical e trabalhista".

Delegação da Adunesp

A partir das indicações feitas nas assembléias, a Adunesp foi representada no 25º Congresso pelos seguintes delegados: Milton Vieira do Prado Júnior (pela Diretoria), Sueli Guadelupe de Lima Mendonça, Sandra Helena Escouto de Carvalho e Vandeí Pinto da Silva (Marília), Carlos Alberto Anaruma (Rio Claro), Emanuel da Rocha Woiski (Ilha Solteira) e Antônio Luis de Andrade/Tato (Presidente Prudente). Os delegados defenderam as deliberações congressuais e de plenárias da Adunesp sobre a pauta, ficando somente o tema Cotas para livre manifestação, já que ainda não há uma posição definitiva da entidade sobre o assunto.

Parte da bancada da Adunesp durante os debates

Eleições

Durante o 25º Congresso, houve a inscrição de duas chapas para as eleições do Andes (biênio 2006/2008), que acontecem nos dias 16 e 17 de maio deste ano. Confira os nomes das chapas e os respectivos candidatos aos três primeiros cargos:

Chapa 1 – Andes Autônoma e Democrática
Paulo Marcos Borges Rizzo: *presidente.*
Luiz Henrique Schuch: *secretário-geral.*
José Vitório Zago: *1º tesoureiro.*

Chapa 2 – Educação e Revolução
Maria de Lourdes Sarmento: *presidente.*
Adroaldo de Oliveira: *secretário-geral.*
Valdeci Gonçalves da Silva: *1º tesoureiro.*

As resoluções aprovadas do 25º Congresso do Andes para o setor das estaduais

- lutar pela efetiva vinculação do percentual da receita do Estado a ser destinada para manutenção e desenvolvimento do ensino público, na forma defendida pelo Andes-SN;
- lutar para que deixem de ser computados no montante de recursos vinculados todos aqueles destinados ao custeio previdenciário e outros que fazem parte dos compromissos das IEE's não caracterizados como manutenção e desenvolvimento do ensino;
- lutar pela vinculação dos recursos destinados ao ensino público superior à receita tributária ou de impostos do estado;
- lutar pela construção de uma pauta unificada nos estados nos quais existe mais de uma IEE como forma, inclusive, de construir diretrizes para uma pauta unificada nacional;
- lutar contra a sonegação, corrupção e evasão fiscal, sobretudo na forma de isenção que subtraem recursos da educação pública brasileira;
- lutar para garantir que o regime de dedicação exclusiva seja regime de trabalho e não de complementação salarial;
- lutar pela garantia da autonomia das IEE's para a deliberação sobre o afastamento dos docentes para atividades acadêmicas dentro e fora do país;
- incentivar as seções sindicais das IEE's a se inserirem na dinâmica das lutas e movimentos sociais regionais;
- lutar contra a precarização do trabalho docente nas instituições estaduais e municipais;
- que se sistematize um estudo com o levantamento das situações de precarização do trabalho docente, que inclua o levantamento do número de professores precarizados e tipos de contratos precários nas instituições estaduais e municipais, para ser divulgado e debatido no conjunto do movimento docente, com vistas a deliberações sobre propostas de luta do setor no 26º Congresso.

No site da Adunesp, leia a íntegra da Carta de Cuiabá

CRISE NA PUC

Todo poder aos bancos?

Uma das poucas instituições de ensino privado do país a manter uma reconhecida qualidade, a PUC/SP mergulha numa crise sem precedentes, premida pela intervenção dos bancos e da igreja

A Pontifícia Universidade Católica de SP (PUC) atravessa a pior crise de sua história. No final de 2005 e início deste ano, foram demitidos cerca de 30% dos docentes e servidores. Entre os professores dispensados, havia gente com mais de 30 anos de dedicação à instituição. A universidade sentiu o baque imediatamente: aumento da jornada de trabalho e salas de aula lotadas.

O cerne da crise está na alta dívida que a PUC mantém junto aos bancos, calculada em R$ 80 milhões. Até alguns meses atrás, o débito estava fracionado em vários bancos, mas uma renegociação levou à concentração em dois deles: Bradesco e Real, que impuseram a exigência de cortes que chegassem a quatro milhões mensais. Com as demissões, a "economia" ficou em R$ 3,1 milhões. Diante de nova pressão dos bancos, a mantenedora da instituição, a Fundação São Paulo, capitaneada pelo arcebispo de São Paulo e chanceler da PUC, Dom Cláudio Hummes, interveio na universidade e deixou clara a necessidade de "novos ajustes".

As entidades sindicais da PUC – Associação dos Professores/ Apropuc e Associação dos Funcionários/Afapuc – divulgaram um manifesto contra a dupla intervenção (bancos e igreja). Num dos trechos, o documento acusa a reitora Maura Véras de aceitar a intervenção e abdicar da defesa da autonomia e das eleições que a conduziram ao governo da PUC. "É um grave precedente para a vida interna da PUC e para as conquistas democráticas. Conquistas que se opõem ao padrão de universidade comercial, autoritária e de baixo nível de ensino e pesquisa."

O documento da Apropuc/ Afapuc reforça a intenção de organizar a comunidade universitária para lutar pelo "fim imediato da intervenção da Fundação e dos bancos, nenhuma lista de demissões, abertura de ampla discussão e deliberação em um fórum constituído para traçar saídas para a crise."

Reprodução: Apropuc

Manifestação na PUC em 15 de março

Fórum também se solidarizou com professores da capital paulista

O Fórum das Seis também tornou público seu apoio ao movimento dos professores de São Paulo, que haviam deflagrado greve no dia 28 de março, pedindo reajuste salarial e revisão no programa de reorganização das escolas, batizado de "São Paulo é uma escola". Os professores paulistanos, que protagonizaram grandes passeatas pelas ruas da capital e pararam 75% das escolas, decidiram suspender a greve no dia 12 de abril, após a reabertura das negociações. O governo concordou em pagar os dias parados, antecipou gratificações e decidiu rever o "São Paulo é uma escola". No entanto, a insatisfação continua presente entre os professores, que recebem salários considerados aviltantes pela categoria. Um professor em início de carreira, que trabalha 20 horas por semana, recebe hoje R$ 509,00. Já os funcionários ganham R$ 457,00 para trabalhar 40 horas semanais.

Reprodução: O Estado de S. Paulo

Manifestação dos professores paulistanos no dia 12 de abril, no centro de São Paulo

Fórum aprovou moção

O Fórum das Seis aprovou uma moção de apoio à luta dos docentes, servidores e estudantes da PUC. Para contribuir, você pode enviar moção semelhante para webmaster @catolico.org.br , com cópia para a reitora da PUC (mmveras@pucsp.br) e para a Apropuc (apropuc@uol.com.br).

"MOÇÃO DE SOLIDARIEDADE

O Fórum das Seis Entidades – que congrega docentes, funcionários e estudantes da Unesp, Unicamp, USP e Ceeteps – frente às informações de demissão de docentes e funcionários da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), vem manifestar publicamente sua solidariedade a esses trabalhadores. A crise que atinge a PUC/SP deriva de uma situação financeira extremamente crítica, agravada pelas exigências de bancos credores. Tais fatos comprometem a inquestionável qualidade dessa instituição, bem como sua tradição democrática. Assim, o Fórum das Seis se coloca na luta em defesa dos trabalhadores e da educação de qualidade – somando forças com a Apropuc e com todos aqueles que não se envergam diante dos ditames do capital – e reivindica junto aos dirigentes da PUC/SP a imediata suspensão das demissões e a busca de alternativas para a crise, que não recaiam nos ombros de seus trabalhadores.

São Paulo, 4 de janeiro de 2006.
FÓRUM DAS SEIS ENTIDADES"

RUMO AO CONAT

Conlutas realiza primeiro congresso

Adunesp apóia a construção de uma alternativa de direção para as lutas dos trabalhadores

A Coordenação Nacional de Lutas (Conlutas) realiza o seu primeiro congresso nos dias 5 a 7 de maio, na cidade de Sumaré (SP). O Congresso Nacional dos Trabalhadores (Conat) deve reunir cerca de seis mil pessoas, entre ativistas sindicais e militantes de outros movimentos sociais e políticos.

O surgimento da Conlutas é produto da reação de parcelas importantes do movimento sindical à adaptação da Central Única dos Trabalhadores (CUT) ao governo e às suas reformas neoliberais. Na primeira delas – a Previdenciária – a CUT já deixava claro que não defenderia os interesses dos trabalhadores. Em março de 2004, um expressivo encontro, que reuniu mais de 1.800 pessoas em Luziânia (GO), definiu um calendário de lutas contra as reformas, que culminou com um grande ato em Brasília, no dia 16 de junho daquele ano, com cerca de 20 mil manifestantes.

Neste primeiro congresso, estarão em discussão a natureza e a forma que assumirá a Conlutas de agora em diante.

Desfiliação da CUT

No 24º Congresso do Andes, realizado no início de 2005, a maioria dos delegados presentes condenou o apoio da CUT às reformas neoliberais do governo e sua tentativa de isolar os servidores públicos e de boicotar suas lutas. Diante disso, decidiram pela desfiliação e pela aposta na construção de novos fóruns de luta.

Em setembro de 2005, durante seu V Congresso, a Adunesp ratificou essa decisão e, como seção sindical do Andes, também se desligou da CUT. A partir daí, vem apoiando e participando das atividades convocadas pela Conlutas e considera importante que este debate se aprofunde na categoria.

Os representantes da Adunesp ao Conat, serão definidos até o dia 18 de abril.

Anulação, já!!

Diante da comprovação de que a Reforma da Previdência, que tanto prejudicou o funcionalismo, foi aprovada por um Congresso recheado de deputados mensalões, campanha pede a revogação das medidas

No dia 22 de fevereiro, um conjunto de entidades sindicais, organizadas pela Confederação Nacional de Lutas (Conlutas), lançou uma campanha nacional pela anulação da Reforma da Previdência, tendo por base as pesadas denúncias contra dezenas de deputados federais, acusados de receber propina (o famoso mensalão) para aprovar as medidas desejadas pelo governo.

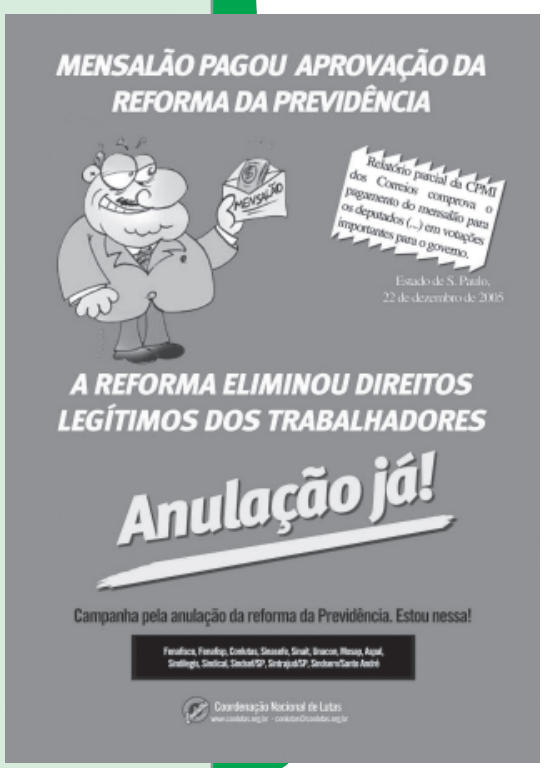
No dia 29 de março, com a divulgação do relatório final da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) dos Correios, a campanha ganhou mais força. O relatório conclui que o mensalão existiu. Um de seus trechos diz categoricamente:

"O esquema comprovado pela CPMI é, nitidamente, um esquema de cooptação de apoio político ilícito. É nessa cooptação antiética, em que foram utilizadas operações e transações financeiras simuladas, ilegais e fraudulentas, que reside a gravidade dos fatos. Os recursos foram levantados de forma ilegal e transferidos a partidos da base aliada, em troca de apoio político, obviamente, consubstanciado no apoio majoritário às proposições e postulações de interesse do Governo em todas as fases de tramitação no Congresso Nacional." (Relatório Final da CPMI dos Correios, página 803)

Promulgada na forma de emenda constitucional (EC 41/03), no final de 2004, a Reforma da Previdência trouxe grandes prejuízos ao funcionalismo público (fim da integralidade, aumento das exigências para a aposentadoria, instituição da cobrança de contribuição para os inativos etc) e abriu as portas para a expansão dos fundos privados de pensão.

Abaixo-assinado

Em todo o país, estão sendo passados abaixo-assinados pedindo a anulação da Reforma da Previdência. A diretoria da Adunesp está preparando o início da campanha entre os docentes da Unesp. Fique atento às informações e participe.



O cartaz da campanha